

Governador de Minas assume presidência do Cosud no 14ª encontro do Consórcio

Sáb 06 dezembro

O governador Romeu Zema foi eleito por unanimidade para assumir a presidência do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud). O anúncio da escolha do chefe do Executivo mineiro para presidir a entidade foi feito neste sábado (6/12), durante o encerramento da 14ª edição do encontro, realizado no Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro.

Além da escolha do novo presidente, o Cosud também informou o local e a data da próxima conferência, que acontecerá em Minas Gerais, nos dias 20 e 21 de março de 2026.

“Muito feliz por ter sido escolhido por unanimidade por todos os governadores para ocupar o cargo de presidente do Cosud. Estarei à frente do Consórcio por pouco tempo, mas farei aquilo que estiver ao meu alcance. Agora que o Cosud já está juridicamente constituído, já tem recursos em caixa, quero entregar para o meu sucessor um Cosud que tenha feito avanços nesse período. Já fizemos muitos avanços e agora com a formalização da instituição, com o CNPJ, com o quadro técnico, temos como contribuir ainda mais”, disse o governador de Minas, Romeu Zema.

Carta do Rio de Janeiro

Ainda durante o a solenidade que marcou o encerramento do 14º encontro do Cosud foi divulgada a Carta do Rio de Janeiro, documento final construído durante os três dias de debates do colegiado com ênfase em propostas para fortalecimento de ações voltadas para a segurança pública. Participaram da cerimônia os governadores Cláudio Castro (RJ), Eduardo Leite (RS), Jorginho Mello (SC), Romeu Zema (MG) e Ratinho Júnior (PR), além de representantes dos demais estados-membros.

A Carta apresenta uma síntese das principais posições dos sete estados, com ênfase na consolidação de estratégias conjuntas de enfrentamento às facções criminosas, que hoje operam em escala interestadual e transnacional. Entre as prioridades reforçadas no documento estão:

- A integração tecnológica entre as forças policiais;
- O aperfeiçoamento de sistemas de dados e identificação multibiométrica;
- A recuperação de ativos do crime organizado, com destinação dos valores aos estados responsáveis pelas operações;
- A defesa de ajustes na legislação penal e processual penal para combater crimes de alta ofensividade, como tráfico de armas de guerra e atuação de facções a partir do sistema prisional.

Financiamento à segurança

O grupo também reforçou o apoio a medidas para assegurar fontes estáveis de financiamento à

segurança pública, incluindo a destinação de parte da arrecadação da taxaço das apostas (bets).

Os governadores defendem ainda a criaço de linhas permanentes de crédito pelo BNDES voltadas à modernizaço tecnológica das forças de segurança, além de mecanismos de coordenaço da União que garantam integraço nacional de dados e açoes estruturadas de combate à lavagem de dinheiro e às redes de financiamento das facçoes.

Para o chefe do Executivo mineiro, o combate ao crime organizado precisa de mais recursos, e a carta apresentada traz alternativas de financiamento.

“Temos de rever esse sistema, esse ordenamento jurídico que faz com que os criminosos fiquem na rua, precisamos de mais recursos para a segurança. As bets na minha opinião precisam ser taxadas. Hoje virou uma indústria de ganhar dinheiro que prejudica principalmente a população de menor renda”, opinou Romeu Zema.